

A Ideia de Progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo

O desenvolvimento e o crescimento são conceitos e temas fundamentais da Ciência Económica contemporânea. Pelo contrário, a ideia de progresso económico quase não tem sido objecto de atenção. Um dos maiores economistas contemporâneos procura aqui defini-la objectivamente, refere as suas componentes essenciais e lança, deste modo, as bases de uma teoria geral do progresso.

A observação da história económica em períodos longos e das séries estatísticas longas de existências e de fluxos, assim como as lições colhidas em numerosos estudos monográficos, aconselham duas distinções.

A primeira — cuja aceitação se difunde progressivamente, apesar de não se ter imediatamente imposto e de estar ainda longe duma elaboração minuciosa — refere-se a *crescimento e desenvolvimento*.

A segunda — que nem sequer foi ainda entrevista e cientificamente tratada nos países cujas economias dominantes propagam as teorias dominantes no idioma dominante, o inglês — é, em muito, a mais significativa: destrinça os progressos *do* progresso.

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

O crescimento é o aumento sustentado durante um ou mais períodos longos — abrangendo cada um destes vários ciclos quase-

N. R. — Tradução amavelmente autorizada pelo Prof. François PERROUX. O original foi publicado nos *Cahiers de l'Institut de Science Economique Appliquée*, Paris, Série M, n.º 9, pp. 135-145.

-decenais — de um indicador de dimensão, o qual será, para a nação, o produto global bruto ou líquido em termos reais. Não se trata, por conseguinte — convém insistir neste ponto, contra uma ideia muito espalhada — do produto real por habitante.

Nenhum crescimento observado é, porém, homotético: de facto, o crescimento opera-se *em e mediante* alterações de estrutura. Por outro lado, nos crescimentos de períodos longos, verificam-se flutuações. Para determinar um *trend* de crescimento, estas flutuações são eliminadas por processos estatísticos. Combinando valores diferentes do multiplicador e do acelerador (P. SAMUELSON), ou utilizando multiplicadores flexíveis (GOODWIN), é possível construí-las analiticamente. Assim, criou-se o hábito de sobrepor *trends* e flutuações cíclicas e de identificar o crescimento com um *trend* ascendente.

Na verdade, porém, somos hoje obrigados a avançar muito mais. Para além dos *ciclos* e dos *trends*, a observação revela *alternâncias* num processo de *desenvolvimento*. Assim, a economia soviética, quando tudo levava a crer que a sua taxa de crescimento iria decair em 1928, reorientou maciçamente as suas instituições: lançando os seus planos, conseguiu — se aceitarmos os dados da sua contabilidade nacional — levantar a taxa de crescimento do produto. Também nos países de crescimento e desenvolvimento retardados, a descrição interpretativa dos estádios de reembolso dos empréstimos de longo prazo incluía uma modesta e hesitante «periodização» do desenvolvimento, que hoje se expande nas formas modernas da teoria dos estádios de desenvolvimento. Nos países ocidentais, a Escola Histórica alemã tinha, desde há muito, distinguido períodos sucessivos (ante-capitalistas, capitalistas) e formas de organização de um sistema (capitalismo nascente, Frühkapitalismus, capitalismo desenvolvido, Hochkapitalismus, capitalismo tardio, Spätkapitalismus), que implicavam «maturação» desse sistema. Simplesmente, a maturação é uma metáfora e, depois de um tardio acolhimento em França, as noções positivas acerca dos sistemas e das estruturas invadiram os tratados e os próprios manuais — o que é talvez um sinal de que importa ir mais além.

As investigações mais avançadas incidem actualmente, por um lado, sobre *as relações entre períodos de crescimento e períodos de desenvolvimento*, e por outro, sobre *a expressão formalizada e quantitativa das alterações de estruturas*, sejam quais forem as instituições e as regras do jogo.

O período de crescimento, sendo definido pela aceleração ou o afrouxamento da taxa de acréscimo do produto, desperta o interesse pela análise das razões económicas do refreamento num crescimento logístico. Essas razões não são redutíveis aos preços e às quantidades: estão, com efeito, relacionadas com as estruturas

sociais, as instituições, os hábitos mentais, que não são susceptíveis de tratamento científico dentro das formas correntes dos equilíbrios micro-económicos e macro-económicos. Convém, portanto, frizar que *o desenvolvimento engloba e sustenta o crescimento* e que *a análise dos períodos de desenvolvimento e das suas alternâncias fornece um acréscimo de potência explicativa aos esquemas analíticos dos períodos de crescimento*.

Ora, uma vez que tenhamos compreendido este ponto, a nossa atenção é atraída para a circunstância de *instituições* diferentes terem de preencher *funções* económicas fundamentais⁽¹⁾. Aliás, já dispomos dos instrumentos de análise que permitem *uma comparação funcional de instituições* diferentes. Por exemplo, num quadro de *inputs-outputs* em termos físicos pode figurar uma empresa ou uma indústria soviética, tanto quanto uma empresa ou uma indústria capitalista. E os circuitos de contabilidade nacional podem ser, quer funcionais, quer institucionais pela designação especificada dos pólos e pelo traçado dos trajectos, e, por conseguinte, podem traduzir as translações em qualquer tipo de economia ou numa economia institucionalmente caracterizada.

Deste modo, mudanças de sistema e de tipos de organização deixam *traços* nas matrizes e nos circuitos. As conquistas propriamente económicas fazem-se por uma análise *funcional*, e os avanços desta última são poderosamente estimulados pela curiosidade atinente à economia generalizada⁽²⁾. Não digamos que o estudo dos sistemas e das estruturas está ultrapassado: digamos antes que entrou já numa fase de rendimentos decrescentes.

OS PROGRESSOS ECONÓMICOS E A PROGRESSIVIDADE DA SOCIEDADE

Mesmo que todas as economias estivessem sujeitas às mesmas regras de jogo, impor-se-ia distinguir entre os progressos económicos e o progresso económico ou progressividade da sociedade.

Os progressos são as eficácias do desenvolvimento e do crescimento em partes ou componentes duma sociedade global, eficácias que são, precisamente, *dissimuladas* pelos cálculos de *médias*.

¹ «Fundamentais» no sentido de serem comuns a qualquer sistema económico e, por conseguinte, de serem também independentes, na sua natureza, do tipo de instituições caracterizadoras de um dado sistema. Por exemplo: tanto em economia soviética, como em economia capitalista, o rendimento nacional tem de ser repartido; mas esta *mesma* função económica «fundamental» é preenchida por instituições que *diferem* muito de um sistema para o outro (*N. do T.*).

² A economia generalizada trata as economias institucionalmente diferenciadas, como casos particulares de uma teoria englobante (comum a todos os tipos de economia).

De facto, as produtividades nas indústrias e nos sectores de actividade são desiguais e crescem desigualmente; outro tanto se verifica nos salários reais, segundo os grupos de trabalhadores, e nas remunerações reais, segundo os grupos de produtores; idêntico fenómeno pode ainda ser observado nas alterações dos conteúdos de vida, dos padrões de existência e dos níveis de vida. Se, porém, tomarmos a sociedade global em conjunto, a sua capacidade para engendrar o progresso económico, a sua aptidão para ser progressiva e a prova de que, efectivamente, o é, dependem de *relações óptimas entre as desigualdades produtivas e as alterações sobrevindas nos termos que traduzem as desigualdades.*

As desigualdades de produção e de repartição não estão meramente justapostas; pelo contrário, influenciam-se mutuamente. A economia é constituída por *sectores comparativamente activos*, onde se concentram a novidade e o investimento e donde estes propagam os seus efeitos sobre *sectores comparativamente passivos*. Por sua vez, a sociedade compõe-se de *classes activas* e de *classes passivas*, assim como de *indivíduos activos* e *indivíduos passivos*, agindo no interior dessas classes ou passando de uma classe para outra.

Sem dúvida, em face de certas análises minuciosas já efectuadas, nenhum economista deixará de considerar os efeitos assimétricos e irreversíveis durante um período, e de distinguir numerosas espécies em tais efeitos. Para os sectores e para as classes, trata-se, quer de efeitos de influência sem dominação (*leadership*, imitação em condições desiguais), quer de efeitos de dominação (sempre temporários nos períodos longos). Mas de uma sucessão de desigualdades não se extrai uma tendência para a igualdade, e do alçamento dos *conflitos* sociais à categoria de *diálogos*, não se fará jamais brotar uma harmonização espontânea, neutra e anónima, através de um *mecanismo* de preços.

A distinção, que proponho, entre os progressos e o progresso, não se confunde, embora dela proceda, com a dos clássicos (a de Adam SMITH, por exemplo, entre estado progressivo, estado estacionário e estado regressivo). Conduz a definir o progresso como *a propagação da novidade aos menores custos humanos e à velocidade óptima, numa rede de relações cujo sentido se universaliza.*

Sustentada por anteriores resultados (uma definição só vale por ser fecunda) e aberta a ulteriores aquisições, resulta daqui uma ideia que a pouco e pouco se conceptualiza, tornando manejáveis operacionalmente as variáveis referentes à criação, à propagação e à significação (3).

³ Para uma exposição desenvolvida, cfr. François PERROUX, «Théorie Générale du Progrès Economique», *Cahiers de l'Institut de Science Economique Appliquée*, Série I, n.ºs 1, 2 e 3.

PRIMEIRA COMPONENTE: A CRIAÇÃO

Porquê criação e não inovação, termo que se tornou corrente entre os economistas e, na medida em que é técnico, ininteligível para os não-iniciados?

Em primeiro lugar, para melhorar a terminologia: de facto, qualquer coisa nova, qualquer novidade que, no seu impulso de origem e no seu efeito, ultrapassa a rotina e a habilidade profissional, seja qual for o modo como é obtida, pode aumentar, directa ou indirectamente, a produtividade.

Em segundo lugar, para romper com uma análise de tipo individualista (individualista em certo sentido, que a seguir se esclarecerá), surgida de uma determinada época, ou melhor: de um determinado estágio de desenvolvimento das sociedades industriais do Ocidente. Como compromete tanto dizer que toda a criação económica é individual, como afirmar que é colectiva, melhor será então distinguir, recorrendo às análises acumuladas, duas modalidades, individual e colectiva, de criação económica.

O modo *individual* é caracterizado pela hipótese de todas as novidades economicamente vantajosas procederem do indivíduo ou da empresa privada. O cálculo económico individual — digamos: do chefe de empresa (assimilando o indivíduo a uma empresa, isto é, a um centro de maximização de um resultado desejado) — é, em tal hipótese, o único cálculo económico possível. Daí que as contribuições para o produto e as atribuições do rendimento se efectuem mediante imputações individuais (contabilísticas e económicas). Trata-se da expressão estilizada duma sociedade industrial onde já não existem estados⁽⁴⁾, nem corporações, mas onde ainda não surgiram as várias formas de coligação e acordo entre empresários, os sindicatos de trabalhadores e as associações de compradores. Os inovadores — ou seja: os empresários privados — foram formados pelos patrimónios e rendimentos das aristocracias e das burguesias. A empresa que suscita e retém os progressos — e que, por causa da concorrência suposta completa, não pode, assim se pensa, retê-los longamente — não tem a seu cargo custos sociais. A questão de saber se, consoante a sua dimensão e o seu poderio, as empresas são desiguais quanto à capacidade de transferir para outras empresas ou para o consumidor os custos sociais, não é sequer levantada. Existe tal desigualdade (na medida em que surgem os custos sociais)? Se existe, não é pública e oficialmente discutida.

O modo *colectivo* da criação económica provém da observação das sociedades contemporâneas, observação que, por efeito

⁴ «Estados» (*ordres*) no sentido das antigas classes sociais juridicamente definidas e organizadas. Os «três estados»: clero, nobreza e povo, por exemplo (*N. do T.*).

retroactivo, nos revela, aliás, como funcionavam as sociedades do século XVIII terminal e do século XIX. Mas esta clarificação do passado não nos interessa aqui. Na actualidade, as sociedades industriais concentram os seus meios de promover e propagar a novidade economicamente utilizável. A investigação científica e técnica organizada pelo Estado prolonga a investigação científica e técnica organizada pelas grandes empresas e pelos grupos que estas constituem, ou supre a sua falta. A informação científica e técnica não se difunde somente pelos canais do mercado, mas também através de centros de produtividade públicos ou mistos. A novidade, na medida em que é aplicada economicamente, representa com frequência o instrumento e o resultado das lutas entre os oligopólios. As empresas são desiguais entre si, e o seu poder de inovar está intimamente ligado ao seu poder de monopólio.

Acresce que as empresas são capazes de levar o Estado a subvencionar uma parte das suas inovações. J. SCHUMPETER pensava que a personalidade capaz de criar estava a ser eliminada em proveito da rotina dos gabinetes de estudos. Mas o que realmente se verifica é antes uma mudança no tipo dos inovadores: para atrair os melhores técnicos, seleccionar em seu benefício as inovações possíveis e obter as alianças políticas ou administrativas necessárias, os inovadores precisam de possuir as capacidades e as competências do político hábil, quando não as do governante.

Note-se ainda que as economias contemporâneas se caracterizam por numerosos e poderosos «efeitos de relação com o meio» (*effets d'environnement*). Efectivamente, em regimes de concorrências incompletas, a empresa proporciona benefícios e perdas (monetárias ou não) ao meio económico onde actua, e dele recebe também benefícios e perdas. As imputações, a um *indivíduo* ou a uma *pequena unidade*, das contribuições para o produto e das atribuições de rendimento são desmentidas na prática quotidiana. Mas as contabilidades individualistas resistem: entraram nos hábitos e, como só a pouco e pouco vamos aprendendo a fazer cálculos colectivos, só lentamente deles saem.

A época económica em que vivemos é a das observações e combinações positivas que se aplicam ao que é realizado; oferece, no entanto, notáveis oportunidades à imaginação. Na verdade, é perfeitamente adequada ao domínio económico a afirmação de Gaston Bachelard: «A imaginação inventa mais do que *coisas* e *dramas*; inventa *vida nova*; inventa *espírito novo*». Mais do que coisas? Digamos: mais do que produtos e aparelhos inéditos ou renovados até ao ponto de se tornarem irreconhecíveis. Mais do que dramas? Acções, ou seja: mais do que operações mentais e técnicas. Vida nova? Isto é: tipos inéditos de equilíbrios e de de-

se desenvolvimentos humanos. Espírito novo? Quer dizer: novas significações da vida económica, uma renovação da ideia habitual de vida «económica». Porém, antes de atingir este ponto, convém entender o jogo da propagação da novidade (do investimento e também do produto adicional), nas economias e nas sociedades económicas contemporâneas.

SEGUNDA COMPONENTE: A PROPAGAÇÃO

A sociedade sem castas, nem grupos juridicamente fechados, e dotada de transportes e de mercados, forma *um meio social de propagação*, cuja estrutura se compreende por oposição às sociedades pré-capitalistas, regional e socialmente compartimentadas. As propagações operam-se entre lugares, ramos de actividade e grupos sociais, que já não se acham separados por meio de barreiras oficiais consideradas indispensáveis à ordem social.

A propagação temporal da novidade começa a ser medida: da ideia nova ao protótipo, deste ao uso industrial generalizado. Também a propagação no espaço geográfico começa a poder ser seguida: propagação de um instrumento de produção, de um bem de uso (automóvel, por exemplo), ou de um bem de consumo. Mas é evidente que são as funções económicas que interessam ao economista enquanto tal, ou seja, neste caso, a velocidade óptima de propagação e a forma óptima da propagação.

Tornou-se uma afirmação corrente da teoria da maximização do bem-estar colectivo que o tempo de propagação da novidade deve ser encurtado. Tal afirmação, examinada de perto, revela, porém, a sua indeterminação. Com efeito, numa economia à base de mercado, a rentabilidade, corrigida por diversas intervenções, mede a oportunidade e os ritmos da propagação. Mas, em qualquer economia, a substituição do antigo pelo novo é limitada pelas perdas sociais que provoca. A noção de velocidade máxima, que é preliminar, substitui-se, pois, a de velocidade socialmente óptima, a qual deve ser *descoberta* mediante um processo de experimentação social. Uma das atribuições dos órgãos encarregados, na prática, do progresso — digamos, numa palavra, os «centros do progresso» (*foyers du progrès*) — deve ser a de medir concretamente, do ponto de vista do interesse geral, os *desequilíbrios suportáveis* na propagação da novidade. Este papel é inteiramente distinto do que desempenham os «conjuntos motores», que desencadeiam e propagam os crescimentos e os desenvolvimentos⁵.

⁵ Cfr. François PERROUX, «Points de Développement et Foyers de Progrès», *Cahiers de l'Institut de Science Économique Appliquée*, Série F, n.º 12, pp. 1 a 41.

Para penetrar neste último, o nosso espírito vê-se forçado a decompor artificialmente a realidade social. O produto global, a procura global e a oferta global, os recursos globais num «conjunto económico», por exemplo em uma nação, são submetidos, a partir de um dado grau de desenvolvimento, à influência de forças de crescimento ou factores reais. Destes, os principais são o aumento da população estruturalmente e qualitativamente caracterizada, o aumento das novidades disponíveis e aplicadas (progresso técnico) e as instituições, que não devem nunca ser consideradas invariantes. Uma combinação quantitativamente determinada desses factores reais constitui uma *dinâmica de enquadramento*, da qual depende uma taxa de crescimento do produto do conjunto considerado. Esta taxa de crescimento pode ser modificada pelas *sequências da propagação* da novidade, do investimento e do rendimento real, entre indústrias ou «conjuntos» técnico-económicos de actividades e entre regiões económicas (regiões de estrutura sensivelmente homogénea, regiões polarizadas ou regiões submetidas a um plano). Resumidamente e em referência a trabalhos anteriores: as competições interindustriais e inter-regionais, atribuindo ao *mais eficiente* uma parte comparativamente mais importante da procura global e dos recursos globais, *aumentam* a taxa de crescimento do produto, tal como esta *resultaria* de uma dinâmica de enquadramento determinada.

Simplesmente, sendo a competição interindustrial e a competição inter-regional muito imperfeitas, as suas sequências não são espontâneas, nem desprovidas de controlos. Estão, pelo contrário, sujeitas a *alguma* arbitragem e a algum controle. Isto é uma forma de dizer que os progressos parcelares estão submetidos a um *juízo social* que torna ininteligíveis os seus pretensos «mecanismos» (6), porquanto tenta realizar a menor incompatibilidade dos projectos e dos comportamentos dos grupos sociais.

TERCEIRA COMPONENTE: A SIGNIFICAÇÃO

As contradições do progresso — que reflectem as incompatibilidades entre os progressos imediatamente concebidos e prosseguidos pelos grupos de uma sociedade, onde se entrecruzam as

6 É profunda a diferença, neste aspecto, entre a propagação da inovação e do suplemento de produto, nos esquemas extraídos duma economia do século XIX muito estilizada e nos esquemas impostos pela observação das economias actuais.

A propagação nos regimes de preços flexíveis pode ser caracterizada do modo seguinte. Seja uma repartição global, aproximativamente dada, entre salários e lucros, e considere-se também uma procura global mais ou menos constante. O produto real aumenta pela baixa dos preços. Esta verifica-se num ponto; sendo a procura elástica, o preço baixa e o fluxo real

actuais divisões do trabalho e as estratificações sociais do passado — são numerosas.

Os progressos de rendimento imediato não são os progressos de médio e longo prazo. Os progressos de pormenor das indústrias ultrapassadas opõem resistências aos progressos maciços das indústrias jovens e novas. Os progressos em quantidade opõem-se, em muitos casos, aos progressos em qualidade. Numa outra óptica, os progressos localizados nas indústrias jovens e novas e nas regiões onde se concentram os seus meios efectuam-se à custa de outros sectores da economia.

Mas a repartição dos encargos e dos resultados do progresso torna-se consciente. Não resulta da imposição de uma moral pré-fabricada e de uma arbitrária concepção da justiça, aos movimentos da sociedade económica. Elabora-se nos próprios conflitos sociais. Forjando e respeitando uma *norma de discussão*, as sociedades económicas inflectem os conflitos e transformam-nos em diálogos sociais.

Esta norma de discussão conceptualiza-se, precisando o conteúdo da vantagem colectiva ou *interesse geral*. Gunnar MYRDAL permanece à superfície da questão, quando afirma que há tantos interesses gerais quantos os grupos sociais activos. A integração dum sociedade económica depende de uma concepção do interesse geral, submetida à discussão livre das partes e orientando a actividade do *Árbitro*, digamos do Estado, se este é capaz de exercer a mais inalienável das suas funções.

O sentido da actividade económica universaliza-se, concretamente, na medida em que se torna inteligível para todos, susceptível de ser comunicado racionalmente e — para *aquém* e para *a'ém* da racionalidade — na medida em que emana de um *projecto comum* a todas as classes da sociedade.

aumenta. Num regime de concorrência praticamente completa, o efeito propaga-se. O conjunto dispõe dum produto real mais volumoso, graças a uma *baixa* geral dos preços. A estrutura da repartição pode permanecer inalterada.

Nas economias actuais, os monopólios e os grupos organizados resistem à baixa dos preços e à difusão dessa baixa. O esquema a utilizar é, por conseguinte, o da propagação nos regimes de preços rígidos. Para uma estabilidade geral dos preços, os poderes controlam eles próprios a propagação do suplemento de produto e de rendimento. Nos sectores onde se verificam os acréscimos de produtividade mais elevados, os rendimentos aumentam. Para evitar a inflação, uma política consciente deve vigiar e, eventualmente, corrigir: a) a elasticidade da procura em relação ao rendimento, b) a elasticidade da oferta de trabalho em relação à procura de trabalho, c) a elasticidade da poupança «ex ante» em relação ao investimento «ex ante».

Nesta economia, assim tornada consciente, *procuram-se* as relações óptimas de desigualdades, que proporcionam o maior produto real disponível para a colectividade.

OS ADVERSÁRIOS DO PROGRESSO

Talvez se compreenda, neste ponto, por que motivo a ideia de progresso e de progressividade, que acaba de ser delineada, com uma indicação, deliberadamente sumária, das conceptualizações por ela regidas, defronta numerosas resistências sociais.

Os seus adversários recrutam-se, necessariamente, em dois campos.

Uns — os intérpretes — são solicitados a penetrar em domínios *novos*, a conquistar novos campos do saber social. Na verdade, sobre a propagação da novidade, ainda muito pouco sabemos e, de cada vez que desejamos saber mais, esbarramos no segredo dos negócios, quando não nas razões de Estado.

Os outros — os actores, os que detêm os verdadeiros poderes económicos e financeiros — repudiam frequentemente uma teoria *geral* do progresso, porque esta, mesmo nas suas formas mais modestas, já apela para *uma crítica radical das sociedades económicas, seja qual for a sua forma*, mas à medida que se desenvolve, acaba por impô-la. A teoria *geral* do progresso convida as sociedades, onde reinam as divisões do trabalho de produção e as segmentações de estratificações sociais desprovidas de justificação económica, a entrar na via da *discussão oficial*, isto é, talvez das *reconciliações sem logro*.

Estas resistências, emergentes da tranquilidade mental de certos intérpretes e dos interesses *particulares* de certos actores, são, sem dúvida, os *tests* mais demonstrativos da legitimidade e da oportunidade duma análise rigorosa e exigente do progresso.

(Tradução de A. Sedas Nunes).